

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE 2013, realizada às dezenove horas do dia três, na Câmara Municipal, Avenida Pedro de Souza Freire, 107, centro, Fortaleza de Minas. Feita a chamada, constatou-se a presença de todos os vereadores. Após o Presidente suspendeu a reunião para que fosse ouvida determinada parte da ata da segunda reunião ordinária de maio, conforme solicitação do vereador Fernando Pereira na última reunião. Dando continuidade procedeu-se a leitura da ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi instalado o **PEQUENO EXPEDIENTE** com a seguinte pauta: Leitura do Projeto de Lei nº 05/2013 que “Dispõe sobre alteração da denominação do Hospital Municipal João Soares da Silveira para Unidade Mista de Saúde João Soares da Silveira e dá outras providências”. Leitura dos seguintes requerimentos de autoria do Presidente da Câmara: nº 96/13 que requer em REGIME DE URGÊNCIA a Receita Corrente Líquida do Município relativa ao primeiro quadrimestre de 2013, nº 97/13 requer relação analítica dos pagamentos com combustíveis da frota da prefeitura municipal referente ao período de janeiro de 2012 a presente data; Leitura dos ofícios nºs 45, 48, 49 e 51 de autoria do Sr. Lucas Horta Maia, em resposta a solicitações da Câmara; Leitura dos ofícios nºs 191, 193 e 197 do Executivo em resposta a solicitações da Câmara. Leitura de ofício do Sr. Diogo Almeida Lima, diretor clínico do hospital municipal em resposta a solicitação da Câmara. Leitura dos decretos nºs 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 83, 84, 85, 86 e 87/13 do executivo referentes às nomeações de cargos comissionados. O Presidente informa que estão sobre as mesas cópias de outras respostas de requerimentos individuais e informa que caso algum vereador desejasse os mesmos seriam lidos, comunicando ainda, que já se encontra no site da Câmara o link “portal da transparência”, conforme exigido por lei. Não havendo mais matérias no pequeno expediente, foi instalado o **GRANDE EXPEDIENTE**: Usou da palavra o vereador Jurubel Reis que questionou ao Presidente se a devolução das sobras da Câmara que foi repassada à prefeitura, foi utilizada para reembolsar todos os alunos, visto que houve reclamações dos que não receberam reembolso. Em resposta o Presidente disse que a devolução foi feita e que soube pela tesoureira da Prefeitura Sra. Luciene, que apenas não receberam àqueles que deixaram de levar documentação por acharem que não iriam receber. Tendo o vereador Jurubel dito que procurará maiores informações em razão das reclamações. Após o vereador sugeriu agendamento de reunião com a Superintendente da SRS/PASSOS para esclarecimentos ao Projeto de Lei 05/13, antes da votação para que a reunião não fique cansativa. Disse que em relação aos Decretos de nomeação de cargos comissionados da prefeitura lidos, concorda que todo prefeito precisa ter cargos comissionados, porém, enfatizou que foi bem maçante a frase de que a prefeitura de Fortaleza de Minas era a única que trabalha sem cargos comissionados em toda região, inclusive foi publicada esta informação, mas isso não é verdade, esclarecendo para entendimento da população, que até trinta de abril havia cargos comissionados, e nesta data foram exonerados, porém em 06 de maio foram nomeados novamente alguns servidores.

Após o vereador Gabriel Lourenço agradecer a presença de todos e fez requerimento ao executivo requerendo a manutenção do asfalto das vias públicas em razão do excesso de buracos e o vereador Fernando Pereira pediu para também assinar este requerimento. Em seguida o vereador Evair Pereira questionou à assessoria jurídica da Câmara qual era o prazo para que o presidente respondesse os requerimentos dirigidos a ele, e se os mesmos poderiam ser respondidos apenas verbalmente. Tendo havido resposta de que o prazo é de trinta dias e que podem ser respondidos tanto em plenário como por escrito, pois em plenário a resposta constará em ata, o vereador Márcio Andrade comentou que depois de respondidos em plenário se o vereador desejar poderá requisitar resposta escrita. Em seguida o vereador Ernane Dias questionou se o assessor jurídico da Câmara tinha resposta do requerimento enviado ao Banco Bradesco respondido que esta resposta deve ser feita pelo Banco e ainda não foi respondido. O vereador Perguntou também se havia resposta da pergunta feita pelo cidadão Adriano em reunião anterior da legalidade de servidores da Câmara ganhar mais que os vereadores, tendo sido esclarecido que esta pergunta já foi respondida na mesma reunião em que foi questionada, tanto pelo assessor, quanto pelo vereador Márcio Andrade, de que era legal sim, pois o salário é do cargo, e que há lei que veda servidor ter salário superior ao do Prefeito, porém para a Câmara não há nenhuma proibição. Após o vereador Márcio Andrade falou que é de extrema importância que a superintendente da SRS/Passos venha prestar esclarecimentos necessários ao Projeto de Lei de alteração do nome de hospital, para unidade mista de saúde acompanhada de documentos necessários, e justificativas cabíveis sobre as vantagens que esta alteração pode trazer ou não. Em seguida fez os seguintes requerimentos verbais: **01**- Requer do Executivo que envie cópias de todos os atos do executivo, assim que baixados, em especial decretos e portarias, visto que somente tomaram conhecimento dos cargos ocupados, nesta data, apesar de já ter passado quase um mês, pois não foram encaminhados estes atos para a Câmara. Requer também cópias das portarias e decretos que estão faltando na relação enviada a Câmara sendo elas: Portarias nºs. 24, 44, 48 e 49 e Decretos: 12, 21, 22, 23, 70, 77, 78, 79, 80 e 81; **02** - Requer que o ônibus escolar que faz o transporte do bairro areais, após levar os alunos de volta ao bairro, faça o transporte dos alunos para Passos no período noturno conforme já era feito anteriormente, tendo em vista a superlotação do primeiro veículo que faz o transporte para Passos; **03** – Requer a limpeza (roçada) dos pontos mais críticos das margens das estradas rurais. Após lembrou que foi enviado requerimento ao executivo informando que o município foi contemplado com mata burros, vigas de ferro para pontes e bueiro Armco, e que neste documento sugeriu locais de troca ou implantação desses equipamentos, mas após análise de engenheiro da prefeitura, foi respondido ao vereador que os lugares indicados talvez não necessitassem de colocação ou troca de mata burro, tendo o vereador dito que apenas sugeriu os locais, e que, o que não pode é o município perder o benefício. Ao final fez requerimento solicitando ao executivo que organize os

documentos para firmar convênio junto a SETOP para recebimento dos mata burros, e que avalie os locais que achar necessário para as implantações. Em seguida comentou que o Executivo está utilizando decretos para nomear e exonerar cargos da prefeitura, e que ele e o assessor jurídico da Câmara entendem que o correto seria baixar estes atos através de portarias conforme o art. 89, II, “a” da Lei Orgânica Municipal e fez requerimento solicitando avaliação junto à procuradoria jurídica do município para regularizar esta situação em obediência a LOM, tendo os vereadores Wilson Pereira e Jurubel Honorato solicitado para também assinarem este requerimento. Em seguida o vereador Wilson Pereira comentou sobre a votação da prestação de contas de 2008, relatando que estão sendo lançados boatos distorcidos sobre a forma que votou, relatou que a prestação de contas de 2008 voltou à Câmara para ser votada e ele votou conforme o entendimento do TCE/MG, pois não havia irregularidades graves, apenas ressalvas. Comentou que no passado votou de outra forma, porém nunca ficou tranquilo e hoje após buscar entendimento com o assessor jurídico da Câmara se era legal mudar seu voto, pois, achava que era o certo a fazer, foi orientado que era legal e que poderia sim acompanhar o voto do TCE/MG, e votou tranquilamente, pois, sabe que hoje isso é o correto a fazer, porém enfatizou que está faltando companheirismo, pois estão sendo lançados boatos maldosos e de outra forma à população, e que procura ser companheiro para o que for certo independente de quem seja o favorecido. Após utilizou da tribuna a cidadã Rosa Soares que questionou aos vereadores se ela teria direito de ter sido contemplada com lotes, pois sabe de cidadão que ganhou terreno no passado, depois trocou com a prefeitura para ganhar casa popular e depois trocou a casa em carro com terceiros que não tinha sido beneficiado. Comentou que ela ganhou terreno que foi mal medido, que construiu as pressas para sair do aluguel, que a casa é muito apertada e não tem espaço para garagem. Relatou que próximo a sua casa há um terreno da prefeitura em que o mesmo cidadão que trocou a casa doada por um veículo, se diz dono do terreno e que inclusive o IPTU vem em seu nome até hoje o qual ele está pagando. A cidadã questionou como isso é possível, pois o terreno é da prefeitura e este cidadão recebe boleto de IPTU para efetuar pagamento. Denunciou que diversos cidadãos contemplados com cassas populares e lotes estão vendendo os imóveis que ganharam, enquanto há muitos que precisavam e não ganharam, e ainda de outros que não moram nos imóveis doados. Foi respondido que essa situação é ilegal e precisa ser denunciada, tendo havido diversas discussões e questionamentos, e ao final foi feito requerimento de autoria do plenário que requer seja promovida campanha informativa das conseqüências aos que foram beneficiados por imóvel da prefeitura e pretendem vender ou estão vendendo, comprando ou trocando estes imóveis, bem como, fiscalização se essas reclamações procedem, para a devida tomada de providências. Requer também seja devidamente averiguada a forma utilizada de escolha dos beneficiados, se todos foram avaliados pela assistência social, ou não, para recebimento desses terrenos. Na oportunidade requer ainda, seja

avaliada questão referente à IPTU pago pelo Sr. João da Rosilda, de imóvel de propriedade do município, bem como suposta ocupação ilegal deste imóvel. Em seguida a mesma cidadã reclamou do pó que vem da fábrica de móveis dos barracões da antiga setal, o qual tem causado transtornos e prejudicado a saúde dos moradores próximos, relatou que os bombeiros já estiveram no local, mas nada aconteceu, e pediu que fossem tomadas providências, tendo o Presidente feito requerimento verbal solicitando informações sobre a forma utilizada para cessão e/ou permissão de uso do galpão localizado nos barracões da antiga setal de propriedade do município, à fábrica de móveis existente no local. A Sr^a. Rosa reclamou também do acúmulo de lixo na rua de baixo de sua residência, informando que diversas pessoas estão jogando lixo no local, tendo o vereador Fernando respondido que teve informações de que nesta data estariam limpando o local, e caso não desse tempo, estariam efetuando a limpeza no dia 04/06. Em seguida utilizou a tribuna a Sr^a. Meire Viana que comentou que apesar de entender ser correta a decisão tomada pelo presidente de disciplinar o tempo para os cidadãos falarem, e saber que é legal e exigida pelo Regimento Interno da Câmara, fica triste, pois as reuniões ficaram mais curtas e as pessoas falam que não vem mais, pois queriam poder falar sem ter que fazer inscrição. Ao final sugeriu fossem realizadas audiências públicas pelas comissões da Câmara pelo menos uma vez ao mês para que a população possa participar efetivamente, pois, seria muito interessante. Tendo o vereador Jurubel Reis comunicado que inclusive no dia 24/06/13 haverá audiência pública para discussão e colhimento de propostas para a LDO/2014. Falou-se também de audiências marcadas anteriormente e que infelizmente a população não compareceu, tendo a Sra. Meire confirmado o fato, visto ter participado de audiência em que estavam presentes apenas seis pessoas. Após fez uso da tribuna o Sr. Ricardo da Silveira que pediu ajuda aos vereadores, pois precisa fazer duas ressonâncias magnéticas e por já ter feito uma, não está conseguindo pelo SUS a outra, pois eles alegam que a cota é para apenas uma por ano. Após o cidadão se direcionou ao vereador Fernando Pereira lembrando que além de vereador, o mesmo é servidor público, tanto que fez ótimo trabalho de retirada das folhas dos coqueiros da Avenida Otávia Augusta, mas, está ouvindo o povo comentar que não encontra mais o vereador no pátio. Disse entender que o mesmo está ajudando a prefeita devido à situação da prefeitura, mas que essa questão é complicada, pois, ouviu esse comentário até de colega de trabalho do vereador. Respondido que além da função de jardineiro, o vereador ajuda também em outros setores, como por exemplo, na coleta de lixo, e se não estava no pátio ou nas ruas é porque estava para a zona rural exercendo outras funções. Em seguida o vereador Márcio Andrade questionou se alguém tinha informação de quantos alunos do ensino fundamental do Chapadão estão sendo transportados para Paraíso, pois, recebeu informação de que seria apenas um aluno, respondido pelo vereador Amaral que são seis os alunos transportados. O vereador Márcio disse que se realmente for apenas um aluno, pode ser que esse veículo esteja transportando alunos de cursos técnicos e

superiores o que não é correto, visto este tipo de transporte ter sido cortado para os alunos de Franca e Passos, e ainda que se realmente for isso o que vem ocorrendo, na verdade quem está de carona é esse aluno do ensino fundamental, tendo em vista informação de que os alunos de outros cursos estariam apenas indo de carona, e se o transporte estiver sendo feito para um aluno de cursos técnicos ou superiores, deverá ser feito para os demais para que não haja injustiça. Ao final das discussões foi feito requerimento em nome dos vereadores Márcio Andrade, Adenilson Queiroz, Gabriel Lourenço, Wilson Pereira e Jurubel Reis requerendo informações da quantidade de alunos do ensino fundamental e médio que são transportados do bairro Chapadão para São S. do Paraíso, bem como quantos são os demais alunos transportados que fazem outros tipos de cursos. Não havendo assuntos a serem discutidos no grande expediente passou-se a **ORDEM DO DIA** com a seguinte pauta: Votação dos requerimentos apresentados nesta reunião, sendo aprovados. O Presidente convoca para a segunda reunião ordinária do mês de junho, a realizar-se no dia 10 às 19:00 horas. Nada mais a tratar foi encerrada a reunião e para constar foi lavrada a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos vereadores presentes.